



Município de Alcácer do Sal

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

1 Reunião Ordinária de 23 de abril de 2026

2 Ata n.º 08

3

4 Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Alcácer
5 do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Os
6 trabalhos foram conduzidos pela Presidente, Clárisse Maria Gaudino Veredas
7 Campos, na presença dos Vereadores, António José Freitas Grilo, Vice-Presidente,
8 Mário Alberto Martins Caixas, Ana Margarida Fura Morgado e Maria Manuela Loureiro
9 Caixas.

10 A reunião foi secretariada pela assistente técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos
11 Autárquicos, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha.

12 Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente deu início à reunião.

13 A Presidente justificou a ausência do Vereador Arlindo José Paulino de Passos.

14

15 Antes da Ordem do Dia

16

17 A Presidente informou que no âmbito de uma candidatura feita, na plataforma de
18 mecenas que foi criada pela Unidade de Missão o município recebeu 310 mil euros
19 para a reabilitação da Biblioteca Municipal. A Presidente informou também, que foi um
20 desafio lançado ao município pela Unidade de Missão e que apenas podem
21 candidatar-se, municípios, IPSS e coletividades, a plataforma tem uma série de
22 empresas de grande dimensão que, semanalmente, acedam à plataforma, analisam
23 os projetos que são submetidos, e assumem o financiamento desses mesmos
24 projetos.

25 A Presidente disse que aquando da visita da Unidade de Missão a Alcácer, foi
26 percorrida toda a cidade, mas quando foram à biblioteca, pediram para se fazer um
27 projeto, sendo que a arquiteta Sofia Massano, elaborou, em tempo recorde um projeto
28 e o mesmo foi submetido. A Presidente concluiu dizendo que se trata de um



29 financiamento muito reduzido para aqueles que foram os custos e os prejuízos do
30 município, mas trata-se, de mecenas e aguarda-se que venha o financiamento do
31 Estado.

32 A Presidente referiu que nos próximos dias será transferido para a Comissão de
33 Coordenação da Região do Alentejo a verba para se poder fazer face ao pagamento
34 das candidaturas dos particulares continuando-se a insistir para que o processo seja
35 mais célebre e que o Governo pague, não só ao município, mas também a todos os
36 particulares.

37 A Presidente informou, que no seguimento das notícias que foram divulgadas pelo
38 Jornal Expresso, deu entrada na Assembleia da Republica, um requerimento do Grupo
39 Parlamentar do Partido Socialista, para que a Presidente da Câmara preste
40 esclarecimentos sobre os atrasos nos apoios, sendo que nesta primeira fase o referido
41 requerimento foi reprovado, assim deverá voltar a ir na próxima semana à reunião da
42 comissão, sendo esta uma forma de com todas as forças políticas que estiverem
43 interessadas em ajudar o município e todas as pequenas e médias empresas do
44 concelho.

45

46 A Vereadora Ana Morgado, questionou sobre a previsão, da abertura da Estrada de
47 Santa Luzia e também sobre a estrada junto à rotunda do Bairro do Forno da Cal, que
48 foi alvo de obras e que, entretanto, já abateu.

49 A Vereadora Ana Morgado, referiu que após as cheias verifica-se que há muitas casas
50 que ainda se encontram fechadas, e que ainda não foram limpas, sendo uma questão
51 preocupante, pois está em causa a saúde pública, sugerindo que a Câmara deveria
52 notificar os proprietários, e também se deveria ser criada uma equipa, para ser feito
53 um levantamento.

54 A Vereadora Ana Morgado disse que foram solicitados os áudios das Reuniões de
55 Câmara, no entanto até ao momento não obtiveram qualquer resposta.

56

57 A Presidente respondeu à Vereadora Ana Morgado dizendo que se está a elaborar a
58 resposta em relação aos áudios das Reuniões de Câmara.

59 A Presidente disse, no que se refere à encosta do castelo, o município tem estado a
60 fazer contactos, pois é urgente a abertura daquele espaço à circulação, mas tem de
61 ser feita com segurança. A Presidente informou que ainda ontem telefonou à Sra.
62 Diretora do LUNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para que os técnicos
63 possam vir cá e reportar-nos, se já é possível proceder à limpeza das areias, pelo que
64 se está a aguardar essa informação por parte dos técnicos e também a elaboração de
65 um relatório da última visita feita ao local, bem como se aguarda indicações dos



66 custos da obra que vão ter que fazer em termos do estudo, porque neste momento
67 será um estudo muito mais aprofundado do que aquilo que se tinha previsto
68 inicialmente, face à gravidade da situação. A Presidente informou que contactou a Vice-
69 Presidente do Património IP, porque existem muitas dúvidas em relação à propriedade
70 da encosta e segundo se sabe a encosta é propriedade da ESTAMO. A Presidente
71 conclui dizendo que os contactos estão a ser feitos, não se está parado, e que se sabe
72 a necessidade que as pessoas têm de circular naquele espaço.

73 A Presidente, respondeu também à questão colocada pela Vereadora Ana Morgado
74 referente à estrada junto à rotunda do Forno da Cal, disse então, que os serviços do
75 município já notificaram a empresa para proceder à reparação.

76

77 O Vereador António Grilo, disse que relativamente à questão das casas atingidas pelas
78 cheias, foi feito de imediato um levantamento por uma equipa do município, referindo
79 que algumas das casas devolutas foi solicitado, junto dos proprietários que
80 permitissem o acesso a elas, inclusivamente através do arrombamento de algumas
81 portas para se proceder à limpeza, no entanto existem algumas casas que tem que ser
82 o proprietário a fazer a intervenção porque o município não pode entrar em
83 propriedade privada, o Vereador disse também, que ainda há técnicos que continuam
84 a fazer a validação, existindo uma equipa que continua a fazer esse trabalho,
85 concluindo que ainda não se conseguiu, obter todos os resultados esperados, mas
86 espera-se chegar em breve.

87 O Vereador António Grilo referiu que a Estrada de Santa Luzia, é sem dúvida a
88 principal ligação entre a parte baixa e a parte alta da cidade, são muitos os
89 constrangimentos, mas está a ser cumprido rigorosamente o parecer inicial do LNEC-
90 Laboratório Nacional de Engenharia Civil que foi não mexer, inclusivamente, nos
91 deslizamentos que estão na via rodoviária. O Vereador disse que o município não tem
92 nenhum técnico especializado nestas áreas para que possa atestar a intervenção, terá
93 sempre de se recorrer a uma entidade externa.

94 O Vereador António Grilo referiu que, relativamente ao acesso ao Bairro da Graça, a
95 situação é bastante mais complexa, terá de ser feito um estudo, para se saber, o que
96 fazer naquela zona.

97 O Vereador António Grilo, concluiu que em relação à titularidade do imóvel, não pode
98 ser o município a sofrer todas consequências e ter todo o investimento, sendo que o
99 dono do imóvel tem de ter aqui a capacidade de responder àquilo que é a
100 problemática, neste momento está-se a efetuar todos os esforços para que isso
101 aconteça de uma forma rápida.

102



103 O Vereador Mário Caixas, apresentou uma moção, transcrita na íntegra: A moção é
104 apresentada ao abrigo do artigo 7º, ponto 2 do Regimento da Câmara Municipal de
105 Alcácer do Sal de 31 de outubro de 2025, e, para lá do seu conteúdo abaixo
106 desenvolvido, entendemos que este procedimento permitirá aos munícipes que
107 assistem a esta reunião e aos que consigam ter acesso à ata onde deverá ser
108 transcrita integralmente, considerando-os e texto, conhecerem o que não lhes é
109 possibilitado no site do município, atualmente convertido em instrumento de
110 propaganda pessoal da Sra. Presidente da Câmara.

111 Posto isto, em 25 de março de 2025, dirigi à Sra. Presidente um requerimento em que
112 se peticionou a inclusão na ordem de trabalhos da reunião ordinária desta Câmara,
113 que seria realizar em 9 de Abril de 2026 o assunto de disponibilização pela Presidente
114 da Câmara Municipal a todos os vereadores dos recursos físicos, materiais e humanos
115 necessários ao exercício do respetivo mandato assentes nos serviços do município,
116 com previsão no artigo 42º, nº 7 do Regime Jurídico das Autarquias Locais,
117 documento em que ainda se indicavam concretos meios mínimos e convidando a Sra.
118 Presidente a apresentar proposta a submeter a esta Câmara.

119 A Sra. Presidente proferiu o despacho nº 21-GAP-2026 de 31 de março, indeferindo o
120 requerido, sustentando, em síntese, que o assunto não é da competência desta
121 Câmara e, por isso, não poderia ser sujeito a deliberação da mesma, fundando-se no
122 mesmo artigo 42º, nº 7 do Regime Jurídico das Autarquias Locais e nos normativos
123 que lhe deferem a competência para organizar a ordem do dia, que, não estando em
124 crise, são irrelevantes para o caso, de facto, decorre do elemento literal da norma do
125 artigo 42º, nº 7 do Regime Jurídico das Autarquias Locais que a mesma não confere
126 competência ao Presidente da Câmara para definir a obrigação de recursos a
127 disponibilizar a todos, repito, a todos os vereadores, antes que, tão só lhe incumbe,
128 cumprir essa obrigação, sendo uma evidência de sistema que não é o ente contra
129 quem a oposição será exercida, designadamente a Sra. Presidente, que é competente
130 para definir os meios de que o adversário político disporá posição que é sustentada no
131 supracitado espaço ao arpejo dos princípios do Regime Jurídico do direito de
132 oposição, independentemente de quem tenha competência para a definição dos
133 supracitados recursos, é pacífico que, desde há mais de cinco meses, desde que em
134 outubro passado se iniciou o atual mandato, que a Sra. Presidente não definiu nem
135 disponibilizou os recursos a que os vereadores sem funções executivas têm direito,
136 expressão da desconsideração que lhe merece a função dos mesmos, no
137 aprofundamento do desrespeito dos preceitos do ordenamento legal, substantivos e
138 procedimentais que vêm caracterizando a sua gestão, repetimos, o que no supracitado



139 requerimento consideramos o mínimo necessário de recursos que devem ser
140 disponibilizados, a saber:

- 141 a) Uma sala de trabalho para os senhores vereadores em funções não executivas;
142 a)1 Que lhes permita analisar a documentação de apoio indispensável e não remetida
143 eletronicamente pelos serviços da Câmara Municipal;
144 a)2 Adequada a poderem receber os senhores munícipes que os procurem;
145 a)3 A petrechada com o equipamento necessário, incluindo computador;
146 b) A concretização efetiva de mail institucional de cada um dos senhores vereadores;
147 c) A divulgação no site do município com o relevo adequado dos mails institucionais
148 dos senhores vereadores, bem como da sala e do horário que os mesmos venham a
149 fixar para receber os senhores munícipes que os procurem;
150 d) A designação do serviço da Câmara Municipal, entendam-se, pessoas que, na sala
151 respetiva, apoiará administrativamente a atividade dos senhores vereadores que não
152 exercem funções executivas.

153 Em conclusão, pomos à votação desta Câmara, nos termos do artigo 7º, nº4 do
154 Regimento da Câmara, a seguinte moção. Esta Câmara Municipal aprova interpelar a
155 Senhora Presidente a informar até ao dia 5 de maio de 2026, dois dias úteis antes da
156 reunião ordinária desta Câmara, a realizar em 7 de maio de 2026, sobre o
157 cumprimento, pela sua parte, da obrigação prevista no artigo 47º do Regime Jurídico
158 das Autarquias Locais.

159
160 A Presidente referiu que o Vereador Mário Caixas já colocou esta questão à Câmara
161 Municipal, a presidente informou que os serviços estão a elaborar respostas sobre
162 essa questão. A Presidente disse, que em relação à disponibilização dos espaços,
163 neste momento, e principalmente desde as inundações, há funcionários que ainda não
164 retomaram os seus lugares, que muitos deles esperam que uns saiam da secretária,
165 muitas vezes, para poderem ir despachar no computador, outros estão a trabalhar em
166 salas de reunião, neste momento, não há condições para disponibilizar qualquer
167 espaço, a Presidente concluiu dizendo que este é um assunto recorrente aqui na
168 Câmara Municipal.

169
170 A Vereadora Ana Morgado, disse que este é assunto que se traz desde a 1ª reunião
171 de Câmara, concluindo que pedem uma resposta e que vão votar a favor desta
172 moção.

173

174 O Vereador António Grilo, referiu que a este assunto, já foram dadas algumas
175 respostas, sempre que a questão foi levantada, foi sempre dito aos vereadores da



176 oposição que assim que houvesse condições para ter um espaço seria disponibilizado
177 fazer os atendimentos aos municípios. O Vereador disse que o contexto agora é
178 ligeiramente diferente, e para pior.

179 O Vereador António Grilo, disse também, que mediante as regras, que têm de existir,
180 nomeadamente, para marcação, e a disponibilização do espaço, pois não há um
181 espaço disponível 24 horas por dia, não existe condições para isso.

182 O Vereador António Grilo referiu que houve situações, em que os serviços
183 necessitaram de espaços e que não houve condições, dando de seguida o exemplo,
184 da situação da Associação dos Serviços Sociais do Município, disse também que
185 existem funcionários a trabalhar em salas de reuniões, em edifícios que não são do
186 município, pois foi solicitado salas à Autoridade Tributária da Direção-Geral de
187 Finanças de Setúbal. O Vereador concluiu dizendo que esta é uma moção feita de
188 algumas incongruências e também de inverdades, nomeadamente quando diz, que a
189 página do município é utilizada como um instrumento de política pessoal da senhora
190 Presidente.

191

192 A Presidente disse que, por saber as condições em que trabalhou, durante oito anos,
193 como Vereadora da oposição, em que muitas vezes estava presente nas cerimónias, e
194 que era permanentemente apagada, agora nunca o faria, garantindo estar sempre
195 muito atenta a essas circunstâncias.

196 A Presidente referiu que quando este Executivo tomou posse, não havia um único
197 espaço disponível, não só das inundações, mas por se tratar de uma situação anterior,
198 a Presidente concluiu, dizendo que se está a trabalhar em soluções para a reabilitação
199 de espaços, dando como exemplo a reabilitação prevista para o edifício situado na
200 Rua da República para a instalação dos Serviços de Ação Social.

201 A Presidente corrigiu a data da próxima reunião de Câmara que não é a 7 de maio,
202 mas sim a 14 de maio.

203 A Presidente colocou à votação a respetiva moção.

204 A Presidente disse que a Moção teve dois votos contra e 3 votos a favor.

205

206 O Vereador Mário Caixas, solicitou uma certidão da ata da Reunião de Câmara do dia
207 09 de abril de 2026, em que na mesma estejam transcritos os requerimentos
208 formulados pelo Vereador e as decisões correspondentes da Presidente.

209

210

Período de Intervenção do Público

211



212 A D. Laura Balona, vice-presidente da AURPICAS – Associação Humanitário de
213 Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal, questionou, para
214 quando a limpeza e desinfestação do terreno atrás da Associação, acima referida,
215 concluindo que é uma situação bastante preocupante.

216

217 A Presidente referiu que em relação ao projeto mecenas, informar de que a
218 AURPICAS é uma das instituições que foi contemplada com 170 mil euros, e a outra
219 foi a Biblioteca Municipal com 310 mil euros. A Presidente congratulou a Associação,
220 porque é uma instituição que merece, é uma instituição que serve a população idosa,
221 e é também uma grande entidade empregadora do Conselho.

222 A Presidente respondeu à D. Laura Balona dizendo que os serviços do município,
223 nomeadamente o Serviço de Proteção Civil e o Gabinete Veterinário, procederam à
224 limpeza de um terreno que estava ao lado da Correria Machado, que também tinha
225 riscos consideráveis. A Presidente concluiu dizendo que esta é uma situação que
226 carece de uma articulação, não só de todos os serviços da Saúde, do Gabinete
227 Veterinário, dos Serviços Municipais da Proteção Civil, mas também carece de uma
228 intervenção da APA, estando este trabalho entregue à Proteção Civil para articular a
229 vinda dessa entidade para se poder proceder a todo um trabalho nessa zona.

230

231 O Sr. José Domingos Costa referiu que esteve numa anterior Reunião de Câmara,
232 colocando uma questão relativamente à segurança rodoviária. O munícipe disse que,
233 verificou o site da Câmara, onde consta só as deliberações, concluindo, que quando o
234 público participa, não são expostas as preocupações apresentadas e de como se está
235 a trabalhar no Concelho, sugerindo que se devia colocar as atas para que o público
236 em geral tivesse o devido conhecimento.

237 O Sr. José Domingos Costa, colocou a questão sobre a estrada do Torrão,
238 relativamente ao corte dos pinheiros e que de repente pararam com o corte, o
239 munícipe disse que há pinheiros a um metro e vinte da estrada, sendo um grande
240 perigo, pois poderá provocar acidentes. O Munícipe apelou para que a Câmara,
241 voltasse a pressionar a Junta Autónoma das Estradas, para que continuasse os
242 trabalhos.

243 O Sr. José Domingos Costa, sugeriu que fosse feito um concurso para o abate dos
244 pinheiros para a estrada de São Romão até Grândola, que é uma estrada municipal, e
245 que poderia ser uma receita para o município

246 O Sr. José Domingos Costa, fez uma abordagem sobre o Imposto Municipal sobre
247 Imóveis - IMI.



248 O Sr. Domingos Costa finalizou, referiu o fundo de mecenas, questionando se a
249 Associação de Desenvolvimento do Torrão, que é uma IPSS, ainda pode fazer uma
250 candidatura.

251

252 A Presidente, respondeu ao Sr. José Domingos Costa, dizendo que o fundo de
253 mecenas, está sempre aberto, referiu que é uma plataforma, que deverá consultar a
254 internet, podendo sempre ser facultado o endereço.

255 A Presidente disse que em relação à questão que colocou, relativa aos impostos,
256 deverá a informação e sugestão ser enviada por escrito.

257 A Presidente disse que a preocupação é grande com a Estrada do Torrão, informando
258 que o município está atento, referindo que para além dos pinheiros que caíram, a
259 estrada está cheia de ramagens, a precisar de limpeza, a Presidente concluiu dizendo
260 que está agendada uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, para debater
261 todas as questões sobre a reabilitação de várias estradas do concelho e que são da
262 competência daquela Entidade.

263

264

Ordem do Dia

265

266 Aprovação da ata:

267 Foi dispensada a leitura da ata por a mesma ter sido previamente distribuída.

268 - A ata n.º 07 de 09 de abril de 2026.

269 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

270

271 Foi dado conhecimento do saldo de Tesouraria, o qual se dá por integralmente
272 reproduzido no anexo I à presente ata.

273

274 01 – Análise e votação da proposta referente à prorrogação do Protocolo de
275 delegação de competências na Junta de Freguesia de Torrão, a qual se dá por
276 reproduzida no anexo II à presente ata.

277 A proposta foi apresentada pela Presidente.

278 Intervenções:

279 A Vereadora Ana Morgado, questionou sobre os valores transferidos para as Juntas
280 de Freguesia, se estão contemplados os vencimentos dos funcionários.

281 O Vereador António Grilo, disse que se pretende garantir que as Juntas de Freguesia
282 tenham a dotação financeira para continuarem a executar os serviços, informando,
283 que desde o dia 1 de janeiro que não é entregue um cêntimo às Juntas de Freguesia,
284 relativamente aos acordos de execução e o que ficou assente é que a negociação tem
285 de estar concluída antes do fim do ano, relativamente à delegação de competências.



286 O Vereador também informou que estes foram os pontos estabelecidos numa reunião
287 com os Presidentes de Junta, e o que se pretende é renovar exatamente nos preceitos
288 e moldes que estavam definidos anteriormente, de acordo com o orçamento de 2026,
289 sendo os mesmos valores do orçamento de 2025. O Vereador, concluiu que esta
290 proposta é para aprovação da renovação do que efetivamente já estava em vigor no
291 ano anterior e, como disse a senhora Presidente e bem, terá de se iniciar e concluir
292 este processo que já devia estar concluído há anos.

293 O Vereador Mário Caixas, referiu que nos termos do artigo 8º nº 3 e 4 do Regimento
294 da Câmara, a documentação referente às propostas de ordem de trabalhos devem
295 estar juntas com a convocatória e, quando necessário, haverá referência aos
296 documentos de estudo e apoio a disponibilizar no Gabinete de Apoio aos Órgãos
297 Autárquicos. O Vereador disse que neste caso, só recebeu no final da tarde de ontem
298 os acordos de execução, contratos interadministrativos e a delegação de
299 competências em vigor, celebrados entre o Município da Alcáceres do Sal e as Juntas
300 de Freguesia, documentos de suporte aos assuntos agendados na ordem do dia.

301 O Vereador Mário Caixas referiu também que as fichas de cabimento, foram enviadas
302 via e-mail, durante a tarde de terça-feira.

303 A Presidente, referiu que, em relação ao acordo de execução, trata-se apenas da
304 prorrogação do contrato e não há direito a negociar, pois não se pode alterar uma
305 vírgula, a Presidente esclareceu que, estes documentos estão de acordo com a lei,
306 sendo esta a forma que se pode trabalhar, ao nível dos acordos de execução.

307 O Vereador António Grilo, disse que consultou os documentos, verificando que esta é
308 a segunda renovação, a anterior, foi feita em 2018, e quando questionados os
309 serviços, procederam agora de igual forma. O Vereador António Grilo, disse ainda, que
310 tem toda a lógica, os vereadores terem acesso a toda a informação, pedindo desculpa
311 pelo facto de a documentação não ter ido junto, embora não estando em discussão os
312 acordos de execução das Juntas, mas sim, a sua renovação.

313 O Vereador Mário Caixas referiu que os documentos não foram entregues
314 atempadamente para a sua análise e preparação desta Reunião da Câmara, informa
315 então que se abstém.

316 A Presidente, disse ter tido oportunidade de explicar que a prorrogação destes
317 documentos decorrem da Lei, não se pode alterar uma virgula, nem são passíveis de
318 negociação, concluindo que faz sentido todos terem conhecimento, mas, no entanto,
319 não eram fundamentais para se proferir uma decisão.

320 Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do Vereador Mário Caixas.

321



322 02 – Análise e votação da proposta referente à prorrogação do Protocolo de
323 delegação de competências na Junta de Freguesia de Comporta, a qual se dá por
324 reproduzida no anexo III à presente ata.

325 A proposta foi apresentada pela Presidente.

326 Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do Vereador Mário Caixas.

327

328 03 – Análise e votação da proposta referente à prorrogação do Protocolo de
329 delegação de competências na Junta de Freguesia de S. Martinho, a qual se dá por
330 reproduzida no anexo IV à presente ata.

331 A proposta foi apresentada pela Presidente.

332 Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do Vereador Mário Caixas.

333

334 04 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de um apoio financeiro à
335 Junta de Freguesia de Santiago – Festas de Santa Catarina, a qual se dá por
336 reproduzida no anexo V à presente ata.

337 A proposta foi apresentada pela Presidente.

338 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

339

340 05 – Análise e votação da proposta referente à ratificação de Protocolo no âmbito da
341 realização sessão de cinema solidária “Maria Vitória”, a qual se dá por reproduzida no
342 anexo VI à presente ata.

343 A proposta foi apresentada pela Presidente.

344 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

345

346 06 – Análise e votação da proposta referente ao Estatuto do Direito de Oposição -
347 Relatório referente ao período de novembro e dezembro do ano de 2025, a qual se dá
348 por reproduzida no anexo VII à presente ata.

349 A proposta foi apresentada pela Presidente.

350 Intervenções:

351 A Vereadora Ana Morgado, disse que este Estatuto, não foi cumprido na integra, uma
352 vez que foram realmente ouvidos para a realização do Orçamento, mas relativamente
353 às atividades que aconteceram, não tiveram conhecimento.

354 O Vereador Mário Caixas, disse que salvo melhor opinião, no período referido seria
355 apenas o ano de 2025, o que poderá a ser levado a anular o Relatório.

356 O Vereador Mário Caixas, disse, e passo a citar:



357 No Relatório está escrito na página nº 2, capítulo 3 – cumprimento do direito da
358 oposição, subcapítulo direito à informação, citando que os “Vereadores eleitos pela
359 Coligação Democrática Unitária, tem sido informados regularmente pela Presidente da
360 Câmara e pelo Vereador eleito pelo PS, fim-de-citação”, deveria estar o nome do
361 Vereador, desde outubro do ano passado em que se iniciou o atual mandato que a
362 Presidente não definiu nem disponibilizou os recursos a que os Vereadores sem
363 funções executivas têm direito, o incumprimento da norma do artigo 42º, nº 7 do
364 Regime Jurídico das Autarquias Locais, por parte da Presidente da Câmara, configura
365 uma violação direta das condições necessárias para o direito da oposição, embora o
366 Regimento Jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto da Oposição, Lei nº 4/98,
367 sejam diplomas distintos, eles estão intrinsecamente ligados pelas seguintes razões:

368 1 – Dever de facultar meios – nº 7 do artigo 92º - estabelece que o Presidente da
369 Câmara deve disponibilizar a todos os Vereadores, incluindo os da oposição com
370 recursos físicos, materiais e humanos, necessários ao exercício do mandato.

371 2 – Violação do Estatuto – uma vez que o direito de oposição pressupõe a
372 capacidade de acompanhamento, fiscalização e crítica das políticas executivas, a
373 negação dos meios básicos como instalações ou apoio técnico, impede o cumprimento
374 efetivo do estatuto da oposição.

375 3 – Competência específica do Presidente – segundo a alínea u) do artigo 35º do
376 Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete especificamente ao Presidente da
377 Câmara, promover o cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição, o
378 incumprimento do artigo 42º é, portanto, uma falha nesta competência de promoção.

379 A Presidente da Câmara, respondeu ao Vereador Mário Caixas, dizendo que precisa
380 de ler melhor o Estatuto da Oposição.

381 Deliberação: Não aprovada, com 3 votos contra dos Vereadores Mário Caixas, Ana
382 Morgado e Manuela Caixas.

383

384 07 – Análise e votação da proposta referente à prorrogação dos Protocolos de
385 delegação de competências na União de Freguesias de Alcácer do Sal (Santiago e
386 Santa Maria do Castelo) e Santa Susana e respetivo desdobramento para as Juntas
387 desagregadas, a qual se dá por reproduzida no anexo VIII à presente ata.

388 A proposta foi apresentada pela Presidente.

389 Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do Vereador Mário Caixas.

390

391 08 – Análise e votação da proposta referente à transferência de verba para a
392 Associação dos Serviços Sociais, Culturais e Desportivos dos Trabalhadores das



393 Autarquias Locais do Concelho de Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no
394 anexo IX à presente ata.

395 A proposta foi apresentada pela Presidente.

396 Intervenções:

397 A Vereadora Ana Morgado, disse que ao abrigo do número 5 do artigo 8º do
398 Regimento, apresenta uma contraproposta, esclarecendo que os serviços sociais,
399 foram criados para apoio aos trabalhadores, para complementar as despesas de
400 saúde e de educação, a Vereadora também disse que a sede da associação foi
401 atingida pelas últimas cheias.

402 A Vereadora Ana Morgado referiu que a verba destinada aos serviços sociais deve ser
403 mantida como previsto em orçamento, no valor de 25.000.00€ , e não os 22.500.00€ ,
404 como o executivo propõe. A Vereadora concluiu que esta é uma associação dos
405 trabalhadores do município, com quem podemos contar nesta fase de calamidade,
406 embora tivesse havido muito voluntariado e muitas pessoas a ajudar, que não se está
407 aqui a desvalorizar muito pelo contrário, mas foram os funcionários da Câmara
408 trabalharam dia e noite, até ao limite.

409 A Presidente, disse ter estado em reunião com os representantes da Associação onde
410 deixou claro que esta Associação é fundamental, a Presidente disse também que tudo
411 aquilo que a Vereadora Ana Morgado referiu em relação aos trabalhadores, já o referiu
412 várias vezes, que os trabalhadores são indispensáveis não só naqueles momentos
413 difíceis, mas também no dia a dia.

414 A Presidente referiu que para além do apoio que recebe do município, também está
415 instalada em instalações do município, tendo neste momento uma funcionária a tempo
416 inteiro, que também é um recurso financeiro, A Presidente concluiu dizendo este é um
417 ano difícil para todos pois não se previa esta situação de calamidade que nos afetou.

418 A Presidente disse ainda que se tentou chegar ao valor máximo, salvaguardando
419 sempre que no final, fazendo as nossas contas e num período mais à frente, poder-se-
420 ia eventualmente considerar esse mesmo apoio.

421 A Presidente justificou que se continua sem receber qualquer apoio do Estado,
422 havendo muitos edifícios para reabilitar, houveram despesas enormes no período da
423 calamidade, nomeadamente: com todo o trabalho que foi feito; com trabalho
424 extraordinário; com combustíveis; com viaturas que ficaram a precisar de várias
425 reparações; isenções no pagamento das rendas; no pagamento das águas a todos
426 os afetados, concluindo que tudo o que estava previsto no orçamento em termos de
427 despesa vai ser muito maior.

428 O Vereador António Grilo, agradeceu a esta Associação, na medida em que tem
429 representatividade bastante considerável naquilo que são os funcionários autárquicos,



430 não só do município, mas também de outras autarquias, nomeadamente das
431 freguesias. O Vereador disse que houve uma reunião com a direção desta Associação
432 para clarificar alguns mal-entendidos que possam ter acontecido. O Vereador disse
433 também, que quando se está a definir verbas para atribuir a entidades, existem dois
434 lados que se tem de salvaguardar, o lado de quem está a gerir o dinheiro público, e o
435 outro de não criar um desequilíbrio no orçamento municipal.

436 O Vereador António Grilo, disse ainda que poderá ser posto em causa, para este ano
437 algum investimento que a Associação previa fazer, a direção terá de comunicar aos
438 seus associados, o porquê de não fazer, porque não tem as verbas que estava a
439 considerar inicialmente, no entanto o que é o apoio direto aos seus associados, não
440 estão postos em causa. O Vereador concluiu que esta proposta não do orçamento,
441 aprovado, mas a que foi levada para a reunião com a direção desta Associação.

442 A Vereadora Ana Morgado, referiu que mantém a posição, dizendo que se
443 compreende tudo o que foi dito, diz entender que as despesas neste momento são
444 muitas, mas não é nos trabalhadores que tem de haver cortes. A Vereadora concluiu
445 dizendo que esta Associação tem de receber o que estava previsto, no orçamento,
446 pois para o município, 2.500€ é irrelevante, mas para a Associação, faz toda a
447 diferença.

448 A Presidente pôs à votação a proposta da Vereadora Ana Morgado.

449 A proposta não foi aceite.

450 A Presidente colocou a votação a proposta do executivo.

451 Deliberação: Não aprovada, com 3 votos contra dos Vereadores Mário Caixas, Ana
452 Morgado e Manuela Caixas.

453

454 09 – Análise e votação da proposta referente ao protocolo de formação em contexto
455 de trabalho com a Escola Profissional de Setúbal, a qual se dá por reproduzida no
456 anexo X à presente ata.

457 A proposta foi apresentada pela Presidente.

458 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

459

460 10 – Análise e conhecimento da informação referente ao Balanço Social de 2025, a
461 qual se dá por reproduzida no anexo XI à presente ata.

462 A informação foi apresentada pela Presidente.

463 Tomado conhecimento.

464



465 11 – Análise e votação da proposta referente à empreitada “Reabilitação da Ponte
466 Pedonal de Alcácer do Sal” – Aprovação de planos – DPSS e DPPGRCD, a qual se
467 dá por reproduzida no anexo XII à presente ata.
468 A proposta foi apresentada pela Presidente.
469 Deliberação: Aprovada por unanimidade.
470

471 12 – Análise e votação da proposta referente à empreitada “Execução de bolsas de
472 Estacionamento na Carrasqueira” – Proposta de revisão de preços definitiva, a qual
473 se dá por reproduzida no anexo XIII à presente ata.
474 A proposta foi apresentada pela Presidente.
475 Deliberação: Aprovada por unanimidade.
476

477 13 – Análise e votação da proposta referente à empreitada “Execução do Interface de
478 Mobilidade Sustentável da Comporta” – Proposta de trabalhos complementares 02,
479 minuta do contrato e planos atualizados, a qual se dá por reproduzida no anexo XIV à
480 presente ata.
481 A proposta foi apresentada pela Presidente.
482 Deliberação: Aprovada por unanimidade.
483

484 14 – Análise e votação da proposta referente à empreitada “Requalificação do acesso
485 ao Cais Palafita da Carrasqueira” – Proposta de conta final da empreitada, a qual se
486 dá por reproduzida no anexo XV à presente ata.
487 A proposta foi apresentada pela Presidente.
488 Deliberação: Aprovada por unanimidade.
489

490 15 – Análise e votação da proposta referente à empreitada “Reparação da ponte de
491 São Romão” – Aprovação da minuta de contrato, a qual se dá por reproduzida no
492 anexo XVI à presente ata.
493 A proposta foi apresentada pela Presidente.
494 Deliberação: Aprovada por unanimidade.
495

496 16 – Análise e votação da proposta referente à empreitada “Construção da ETAR dos
497 Foros de Albergaria” – Revisão de preços definitiva, a qual se dá por reproduzida no
498 anexo XVII à presente ata.
499 A proposta foi apresentada pela Presidente.
500 Deliberação: Aprovada por unanimidade.



501

502 17 – Análise e votação da proposta referente à empreitada “Obras de
503 reposição/restabelecimento do Parque Urbano após danos sofridos nas cheias de
504 fevereiro de 2026” – Abertura de procedimento e adjudicação por ajuste direto
505 simplificado, nos termos do nº 1 e 3 do art.º 3º do DL n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro
506 conjugado com os artigos 128º e 129º, do Código dos Contratos Públicos, na sua
507 redação atual, a qual se dá por reproduzida no anexo XVIII à presente ata.

508 A proposta foi apresentada pela Presidente.

509 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

510

511 18 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de lugar de estacionamento
512 para pessoa com mobilidade reduzida, a qual se dá por reproduzida no anexo XIX à
513 presente ata.

514 A proposta foi apresentada pela Presidente.

515 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

516

517 19 – Análise e votação da proposta referente à 2ª alteração ao loteamento da Quinta
518 do Pinhal, a qual se dá por reproduzida no anexo XX à presente ata.

519 A proposta foi apresentada pela Presidente.

520 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

521 (O Vereador Mário Caixas não participou na votação da proposta – Apresentada
522 Declaração de Impedimento, que se dá por reproduzida no anexo XXI à presente ata)

523

524 20 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de auxílios económicos
525 diretos a alunos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico – Ano letivo
526 2025/2026, a qual se dá por reproduzida no anexo XXII à presente ata.

527 A proposta foi apresentada pela Presidente.

528 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

529

530 21 – Análise e conhecimento da informação referente à prorrogação do prazo para
531 entrega da Prestação de Contas, relativas a 2025, ao Tribunal de Contas, a qual se dá
532 por reproduzida no anexo XXIII à presente ata.

533 A informação foi apresentada pelo Vereador António Grilo.

534 Tomado conhecimento.

535



536 22 – Análise e votação da proposta referente à atribuição de apoio financeiro à
537 Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal – 28.º Prémio Vitor Marques – Alcácer
538 do Sal e Torrão, a qual se dá por reproduzida no anexo XXIV à presente ata.

539 A proposta foi apresentada pelo Vereador António Grilo.

540 Deliberação: Aprovada por unanimidade.

541

542 Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião pelas
543 11h22m, sendo a respetiva ata aprovada em minuta, a fim das deliberações
544 constantes da mesma adquirirem eficácia, nos termos do art.º 57.º, nºs 3 e 4 da Lei n.º
545 75/2013, de 12 de setembro. E eu, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha,
546 Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi a presente
547 ata que assino com a Presidente da Câmara Municipal.

548

549 A Presidente da Câmara Municipal

550 
551 _____

A Assistente Técnica

552 



QUERO APRESENTAR UMA DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO

Exma Sra.
Presidente da Câmara Municipal

Mário Alberto Martins Caixas, Vereador desta Câmara Municipal, vem expor e requerer, a final, o seguinte :

1. Recebi em 20.04.2026 a Convocatória para esta reunião ordinária da Câmara Municipal, e respectiva documentação de suporte.

2. Da análise da mesma verifiquei no que respeita ao Ponto 19 da Ordem de Trabalhos --- Análise e votação da proposta referente à 2ª alteração ao loteamento da Quinta do Pinhal.----, que o mesmo no que concerne a alterações a introduzir no caminho público que sempre existiu do Poço Velho ao agora Parque Industrial, é susceptível de afectar direito de servidão predial do prédio limítrofe de que sou titular, inscrito na matriz predial da Freguesia de Santa Maria sob o artigo matricial n.º 29, secção 1X e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcácer do Sal, e eventualmente prédios de outros titulares.

3. Nesta conformidade entendo existir a causa de impedimento no que a mim se refere prevista no artigo 69º.1 a) do Código do Procedimento Administrativo (C.P.A.), declaração que faço nos termos do artigo 70º.1 do mesmo diploma, com a consequência de suspensão imediata de intervenção pela minha parte, no que respeita à análise e ulteriores termos do supracitado Ponto 19 da Ordem de Trabalhos (art. 71º.1 C.P.A.), sem prejuízo da decisão de V. (art. 70º.4 C.P.A.).

TERMOS EM QUE SE REQUERE, se digne admitir o presente incidente, e prosseguir os ulteriores termos, com as legais consequências.

Alcácer do Sal, 23 de Abril de 2026

O VEREADOR

Mário Caixas

Mário Alberto Martins Caixas

